Sábado, 31 de Outubro de 2026

TJMT inicia curso de letramento racial com reflexões sobre práticas antirracistas

Teve início nesta segunda-feira (2 de junho) o Curso de Letramento Racial e Antirracismo, promovido pelo Comitê de Promoção da Equidade Racial do Poder Judiciário de Mato Grosso. Voltada a magistrados, servidores e colaboradores, a formação visa fomentar práticas inclusivas e combater o racismo estrutural dentro do sistema de Justiça. A primeira aula, ministrada de forma on-line, foi conduzida pela professora doutora Silviane Ramos, referência nacional nas áreas de sociologia, educação e relações étnicos-raciais.

Letramento racial: educação como instrumento de transformação

Na abertura da aula inaugural, Silviane Ramos destacou que o letramento racial vai além da informação: trata-se de uma educação formativa, que se propõe a transformar mentalidade e romper com a naturalização de estruturas racistas no cotidiano.

“As mudanças não acontecem apenas nos grandes discursos, mas nas microssocializações, nos detalhes da linguagem, nas escolhas pedagógicas e nas formas de convivência”, afirmou a professora.

Ela enfatizou a importância de reconhecer e valorizar a produção intelectual negra no Brasil. Entre os nomes citados como fundamentais para a compreensão do racismo estrutural, estão Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento, Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, Djalmila Ribeiro, Silvio Almeida e Bárbara Carine, vencedora do Prêmio Jabuti.

“Precisamos conhecer esses autores, que nos ajudam a entender o país que somos e o Judiciário que queremos construir”, pontuou Silviane.

Desnaturalizar o racismo no cotidiano institucional

A professora também abordou o conceito de “educação formativa” como alternativa à ideia de "reciclagem profissional", muitas vezes usada de forma pejorativa.

“Não se trata de reciclar pessoas, mas de transformar práticas, de ampliar consciências e de promover uma escuta ativa e antirracista”, explicou.

Durante a exposição, Silviane chamou a atenção para a importância das bancas de heteroidentificação como ferramenta de justiça reparadora e refletiu sobre a forma como as instituições lidam com a identidade racial.

“Lélia Gonzalez dizia que as pessoas negras precisam apresentar nome e sobrenome porque os nossos nomes de origem nos foram tirados. É um gesto político de existência”, lembrou.

Judiciário como agente de justiça racial

A aula também contou com a presença do desembargador Juvenal Pereira da Silva, presidente do Comitê de Promoção da Equidade Racial do TJMT, que parabenizou a professora e destacou a importância da formação continuada sobre o tema.

“Há uma outra visão sendo construída aqui. O Judiciário precisa dessa ampliação de horizonte. Parabéns a todos os envolvidos. Estarei presente nas próximas aulas”, afirmou o magistrado.

Próximos encontros e encerramento

A programação segue nos dias 5 e 6 de junho, com temas voltados à atuação institucional e aos fundamentos do antirracismo na prática judicial. O encerramento no dia 13 será presencial, com palestras de especialistas, lançamento de campanha institucional, feira de afroempreendedorismo e uma roda de vivências com lideranças sociais.

Flávia Borges

Coordenadoria de Comunicação do TJMT